



## Município de Boa Vista do Cadeado Gabinete do Prefeito

Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996  
Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000  
Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06

### LEI Nº 1.311, DE 04 DE SETEMBRO DE 2025.

#### INSTITUI O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO CADEADO/RS.

O Prefeito de Boa Vista do Cadeado, RS, no uso de suas atribuições legais que lhes são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte **LEI**:

**Art. 1º** Fica instituído, no Município de Boa Vista do Cadeado/RS, o Programa Família Acolhedora, a ser executado de acordo com as disposições previstas nesta Lei.

§1º O **Programa Família Acolhedora** constitui instrumento da política de atendimento e proteção social especial de crianças e adolescentes, em situação de risco por violação de direitos, abuso ou violência psicológica, doméstica ou familiar, afastados do seu núcleo familiar em decorrência de medida de proteção emitida pela autoridade competente.

§2º O Programa Família Acolhedora torna-se parte integrante da Política de Atendimento da Assistência Social do Município.

§3º Na execução do Programa Família Acolhedora serão observadas as diretrizes, os princípios e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990, ou diploma que vier a substituí-lo.

**Art. 2º** O Programa Família Acolhedora tem por objetivo oferecer auxílio financeiro para famílias que acolherem crianças e adolescentes e estejam cadastradas no Programa instituído por esta Lei.

§1º O responsável deve ter interesse no acolhimento e ter comprovadas condições de receber e manter com dignidade crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco, mediante o oferecimento dos meios necessários para promover a saúde, a educação, a alimentação, a habitação e o lazer, com o devido acompanhamento e assistência.

**Art. 3º** O Programa Família Acolhedora tem os seguintes objetivos específicos:

- I - convivência familiar e comunitária em ambiente protetivo e afetivo;
- II - acolher em ambiente familiar e dispensar cuidados individualizados para crianças e adolescentes em medida de proteção;
- III - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, salvo determinação judicial em contrário;
- IV - prestação de assistência material, moral e educacional;
- V - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e pelos adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou a colocação em família substituta;



## Município de Boa Vista do Cadeado Gabinete do Prefeito

Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996  
Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000  
Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06

VI - propiciar ambiente sadio para a preservação e a reconstrução de vínculos, possibilitando a convivência familiar e comunitária, com o resguardo do direito ao desenvolvimento pleno;

VII - assegurar, preferencialmente, a reintegração familiar, viabilizando o retorno seguro ao núcleo de origem ou a colocação em família substituta, se for o caso.

**Art. 4º** O Programa Família Acolhedora terá caráter provisório e excepcional, sendo uma forma de transição para reintegração familiar ou para colocação em família substituta, se for o caso.

**Parágrafo único.** A colocação em família substituta dar-se-á por meio das modalidades de tutela, guarda ou adoção, procedimento de competência exclusiva do Juizado da Infância e Juventude, com a cooperação da equipe técnica do Programa e do Conselho Tutelar.

**Art. 5º** São beneficiários do Programa Família Acolhedora crianças de 0 (zero) a 12 (doze) anos e adolescentes de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos incompletos, em medida de proteção de afastamento do convívio familiar aplicada pelo Poder Judiciário.

**Parágrafo único.** Cada família poderá acolher, no máximo, 1 (uma) criança ou adolescente, salvo se houver grupo de irmãos, os quais deverão ser acolhidos conjuntamente, conforme determina o §4º do art. 28 do ECA, ressalvada determinação judicial em sentido contrário.

**Art. 6º** A criança ou o adolescente acolhido na família cadastrada no Programa Família Acolhedora receberá:

I - atendimentos nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio das políticas públicas existentes, com absoluta prioridade;

II - atendimento individual e familiar por intermédio dos profissionais do serviço social, de psicologia e outros, conforme demanda;

III - prioridade na tramitação dos processos;

IV - estímulo à manutenção ou à reformulação de vínculos afetivos com sua família biológica; e

V - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

**Art. 7º** Compete ao órgão responsável pela assistência social do Município de Boa Vista do Cadeado/RS:

I - selecionar, cadastrar e capacitar as famílias que serão habilitadas a participar do Programa Família Acolhedora;

II - receber a criança ou o adolescente na sede do serviço, após aplicação das medidas de proteção pelos órgãos competentes, para o encaminhamento ao Programa;



## Município de Boa Vista do Cadeado Gabinete do Prefeito

Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000

Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06

III - supervisionar o desenvolvimento da criança e do adolescente no Programa, por meio de acompanhamento e relatórios periódicos, nos termos do ECA;

IV - acompanhar sistematicamente a família acolhedora, auxiliando na efetivação de encaminhamentos como matrícula em escola, manutenção da frequência escolar e ingresso, quando necessário, em serviço de atenção à saúde e outros, de modo a assegurar todos os direitos fundamentais previstos no ECA;

V - atender e acompanhar a família de origem, visando à reintegração familiar ou ao encaminhamento para família substituta, se for o caso; e

VI - garantir que a família de origem mantenha vínculos com a criança ou o adolescente, nos casos em que não houver proibição judicial.

**Art. 8º** Poderão cadastrar-se no Programa Família Acolhedora pessoas físicas que preencham os seguintes requisitos:

I - parecer psicossocial favorável da equipe técnica do Programa; e

II - idoneidade moral, boas condições de saúde física e mental, moradia e espaço físico, bem como interesse em ter sob sua responsabilidade crianças ou adolescentes, zelando pelo seu bem-estar.

§1º As pessoas físicas inscritas no Programa Família Acolhedora não poderão estar inscritas no Cadastro Nacional de Adoção.

§2º O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado por meio de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades em grupos e observação das relações familiares e comunitárias, a fim de serem verificadas as condições socioeconômicas e psicológicas dos candidatos, identificando suas motivações e capacidade de exercer os cuidados inerentes.

§3º O encaminhamento da criança ou adolescente para o Programa Família Acolhedora ocorrerá mediante Termo de Guarda e Responsabilidade e expedição de guia de acolhimento determinados judicialmente, sendo disponibilizada 1 (uma) via para a família acolhedora e outra para a coordenação do Programa.

§4º A família selecionada assinará Termo de Adesão ao Programa Família Acolhedora, que conterá as responsabilidades, o valor do subsídio mensal e as hipóteses de desligamento.

**Art. 9º** A equipe técnica do Programa Família Acolhedora fará a preparação, a indicação e os contatos com cada família avaliada ou grupo, efetuando regularmente encontros, reuniões, visitas domiciliares e oficinas, a depender do número de participantes, e abordando os seguintes assuntos:

I - os direitos das crianças e dos adolescentes;

II - as possibilidades de retorno do acolhido à sua família de origem;

III - os procedimentos de preparação e encaminhamento para a colocação em família substituta;

IV - as relações familiares e sociais;

V - as obrigações e os direitos dos guardiões; e

VI - outras questões que envolvam o acolhimento familiar.



## Município de Boa Vista do Cadeado Gabinete do Prefeito

Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000

Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06

**Art. 10.** No ato do cadastramento, o responsável deverá apresentar os seguintes documentos originais:

I - carteira de identidade ou CPF de todos os integrantes capazes da residência em que ocorrerá o acolhimento;

II - comprovante de residência;

III - comprovante de renda;

IV - alvará de folha corrida;

V - certidão negativa de habilitação para adoção, a partir de consulta ao Cadastro Nacional de Adoção.

**Art. 11.** As famílias acolhedoras selecionadas e cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua pela equipe técnica do Programa Família Acolhedora, sendo orientadas sobre os objetivos do Programa, sobre a diferenciação com relação à medida de colocação em família substituta e sobre a recepção, a manutenção e o desligamento das crianças ou dos adolescentes.

**Art. 12.** A equipe multiprofissional estabelecerá Plano Individual e Familiar de Atendimento com a família acolhedora e as crianças ou os adolescentes acolhidos.

**Art. 13.** Durante o período de acolhimento, por orientação da equipe multiprofissional, as famílias poderão ser encaminhadas para tratamento psicológico.

**Art. 14.** Durante o período de acolhimento, serão realizadas visitas periódicas pela equipe multiprofissional do Programa na residência do acolhido, sem prévio aviso, a fim de acompanhar o acolhimento, sempre em observância pela família acolhedora dos direitos das crianças e dos adolescentes acolhidos.

**Art. 15.** O responsável ou a família acolhedora terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

I - prestar todo e qualquer atendimento necessário à assistência material, moral, afetiva, educacional e de saúde, de forma a garantir o bem-estar e a qualidade de vida da criança ou do adolescente em ambiente favorável ao desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando suas necessidades individuais;

II - favorecer as relações sociais e as convivências comunitárias da criança ou do adolescente por meio do acesso a bens e serviços, como levar o acolhido à escola, proporcionar momentos de lazer, entre outros;

III - aderir e participar integralmente dos termos do Programa, informando qualquer intercorrência havida durante o período de acolhimento familiar à equipe técnica responsável, com respeito à privacidade da criança ou do adolescente;

IV - entender o seu papel como parceira do sistema de garantia de direitos à criança ou ao adolescente e não apresentar interesse em adotar o acolhido, compreendendo que o acolhimento familiar não configura vínculo para adoção;



## Município de Boa Vista do Cadeado Gabinete do Prefeito

Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996  
Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000  
Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06

V - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento com a equipe técnica responsável, fornecendo informações atualizadas sobre a situação da criança ou do adolescente;

VI - contribuir com a preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família de origem ou para a colocação em família substituta, sempre em conjunto com a equipe técnica;

VII - prestar serviço de caráter voluntário, não gerando, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Programa;

VIII - utilizar o subsídio financeiro exclusivamente na forma prevista no Plano Individual e Familiar de Atendimento, a ser construído pela família em conjunto com a equipe técnica responsável;

IX - garantir os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

X - oferecer ao acolhido atenção, cuidado, respeito, afeto e cuidados básicos de higiene, oferecendo-lhe também os limites adequados, excluindo todas as formas de punição física e de violência verbal e psicológica;

XI - prestar informações, sempre que demandadas, sobre a situação do acolhido aos profissionais que acompanham o acolhimento e ao Poder Judiciário;

XII - manter idoneidade moral durante todo o período de acolhimento;

XIII - acompanhar a frequência escolar do acolhido, atendendo aos eventuais chamados da direção e participando das atividades escolares do acolhido na condição de representante;

XIV - assegurar o convívio do acolhido com a família biológica, colaborando com o retorno à família de origem; e

XV - nos casos de inadaptação, proceder à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou do adolescente acolhido até novo encaminhamento.

### **Art. 16.** São responsabilidades do Município:

I - selecionar e capacitar as famílias ou responsáveis habilitados;

II - encaminhar a criança ou o adolescente para o responsável ou família acolhedora após aplicação da medida de proteção pelo Poder Judiciário;

III - acompanhar e fiscalizar o acolhimento na família acolhedora;

IV - acompanhar sistematicamente a família acolhedora por meio da equipe multiprofissional;

V - atender e acompanhar a família de origem, visando à reintegração familiar ou ao encaminhamento para família substituta;

VI - garantir que a família de origem mantenha vínculos com a criança ou com o adolescente nos casos em que não houver proibição do Poder Judiciário;

VII - coordenar o processo de prestação de contas da família acolhedora;

VIII - autorizar ou glosar pagamentos para a família acolhedora;

IX - providenciar o encaminhamento das famílias de origem e acolhedora aos serviços públicos municipais, quando necessário;



## Município de Boa Vista do Cadeado Gabinete do Prefeito

Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996

Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000

Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06

X - garantir o acesso da criança ou do adolescente acolhido aos serviços públicos municipais, quando necessário;

XI - monitorar a execução do Programa, realizando avaliações e relatórios periódicos; e

XII - instituir, por meio da equipe multiprofissional, Plano Individual e Familiar de Atendimento com cada família e criança ou adolescente acolhido.

**Art. 17.** A equipe multiprofissional terá as seguintes atribuições:

I - coordenar as ações de acompanhamento do acolhimento da criança ou do adolescente;

II - realizar visitas domiciliares nas famílias de origem e acolhedora;

III - emitir avaliações e relatórios periódicos;

IV - solicitar encaminhamentos para a criança acolhida e para a família acolhedora, se for o caso; e

V - instituir, com cada família e criança ou adolescente acolhido, Plano Individual e Familiar de Atendimento.

**Art. 18.** As famílias acolhedoras selecionadas receberão mensalmente subsídio financeiro no valor **R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)**, com o objetivo de custear as despesas com alimentação, higiene, vestuário, material escolar e outras relacionadas especificamente ao desenvolvimento físico, mental e social da criança ou do adolescente acolhido, conforme sua faixa etária, de acordo com a regulamentação.

§1º O valor poderá ser reajustado após um período não inferior a 12 meses (anual) por decreto do Prefeito Municipal, observado o limite máximo da correção monetária os percentuais verificados em índices oficiais de inflação, como o IPCA, ou outro que vier a substituí-lo.

**Art. 19.** O acolhimento de criança ou de adolescente com demanda específica de saúde, devidamente comprovada com laudo médico, ou em situação de risco de vida e ameaça a sua pessoa declarada judicialmente, terá o valor do subsídio financeiro acrescido em 50% (cinquenta por cento) do montante estabelecido no art. 18 desta Lei.

**Art. 20.** Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, o valor do auxílio será proporcional ao número de crianças ou adolescentes.

**Art. 21.** Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 1 (um) mês, a família acolhedora receberá auxílio proporcional ao tempo do acolhimento, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor mensal previsto nos arts. 18 a 20 desta Lei, conforme o caso.



## Município de Boa Vista do Cadeado Gabinete do Prefeito

Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996  
Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000  
Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06

**Art. 22.** O subsídio será depositado mensalmente em conta bancária de titularidade do membro designado na certidão de guardião legal, aberta especificamente para esta finalidade de custeio das despesas.

**Art. 23.** A família acolhedora prestará contas da utilização do benefício financeiro, bem como de outra verba ou bens de titularidade do acolhido.

**Art. 24.** A família acolhedora que receber o benefício financeiro e não cumprir as obrigações constantes nesta Lei ficará obrigada a ressarcir o valor recebido, observado o devido processo legal e garantida a ampla defesa e o contraditório.

**Art. 25.** O tempo de permanência da criança ou do adolescente no Programa Família Acolhedora será o previsto no ECA combinado com essa Lei, e alterações posteriores.

**Art. 26.** A família acolhedora será desligada do Programa:

- I - por determinação judicial;
- II - em caso de perda dos requisitos previstos no Programa ou descumprimento das obrigações e responsabilidades; ou
- III - por desistência voluntária.

**Art. 27.** No ato do desligamento da família acolhedora, a coordenação do Programa fará a devida comunicação ao Juizado da Infância e Juventude.

**Art. 28.** A eficiência do Programa depende da efetiva articulação da rede de proteção da criança e do adolescente, sendo os representantes do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente chamados a dialogar desde o início e durante toda a execução do Programa.

**Art. 29.** A coordenação do Programa também estabelecerá estreita relação e comunicação com o Poder Judiciário, munindo-o das informações e dos relatórios necessários e suficientes para o acompanhamento e a fiscalização do acolhimento.

Parágrafo único. A coordenação do Programa garantirá a articulação de sua equipe multiprofissional com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

**Art. 30.** Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e ao Conselho Tutelar, além dos órgãos de fiscalização externa, acompanhar e fiscalizar a regularidade do Programa.

**Art. 31.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, bem como de recursos federais e estaduais, nos termos do art. 34, § 4º, da Lei Federal nº 8.069, de 1990.

**Art. 32.** Esta Lei poderá ser regulamentada por decreto municipal.



## **Município de Boa Vista do Cadeado**

### **Gabinete do Prefeito**

**Lei nº 10.739, de 16/04/1996 - DOE nº 73, de 17/04/1996**  
**Av. Cinco Irmãos 1130 - CEP: 98118-000**  
**Fone: 55 3643-1011 CNPJ: 04.216.132/0001-06**

**Art. 33.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 34.** Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei municipal nº 1.015/2019 (Programa Família Acolhedora).

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO CADEADO, RS, EM 04 DE SETEMBRO DE 2025.**

**JOÃO PAULO BELTRÃO DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registre-se e Publique-se.

**Filipe da Silva Barasuol**

**Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda**